



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

A BRONCA DO GOVERNO

Agentes do governo Ricardo Silva reagiram ao comentário desta coluna sobre o MPE-SP ser hoje o órgão mais transparente entre os serviços públicos. “Parece que não existia Prefeitura até ontem, só a vontade de promotores em governar”, disseram, em tom de ironia, sobre o número de investidas do Ministério Público nos primeiros seis meses da gestão. E, segundo eles, o recado já foi dado: “O Dr. Naul Felca, do GEDUC, avisou que vai abrir quantos procedimentos forem necessários para apurar e corrigir”.

DOR DE CABEÇA

A área da Educação tem sido a maior fonte de dores de cabeça no Ministério Público. Entre GEDUC e a Promotoria do Patrimônio Público e Social, os alvos são diversos. Um dos focos é o afastamento de professores de sala de aula para cursos de formação. A Promotoria quer que a Secretaria publique, até 3 de agosto, a norma que regula esse tipo de afastamento — e a lista completa de quem está fora das salas de aula. Quem cobra é o 18º promotor, Alexandre Padilha.

GEDUC NÃO PERDOA

O promotor Naul Felca não poupou críticas à tentativa da Prefeitura de substituir a antiga lei da VPNI por uma nova versão. Segundo ele, trata-se de uma “reiteração de condutas inconstitucionais em série”. O caso virou notícia de fato enviada à PGE para análise e também ao promotor Padilha, que deve investigar os prejuízos. A avaliação é de que uma nova leva de ações judiciais está prestes a atingir o Paço — e em forma de tsunami.

RESISTÊNCIA HISTÓRICA

Felca também reclamou da resistência da Secretaria da Educação ao diálogo. Segundo ele, o órgão só se movimenta quando o problema já explodiu. A crítica se estende à conduta interna da SME, que costuma negar os problemas e rejeita qualquer tentativa de construção coletiva. Felca afirmou ainda que a Educação acumula cerca de R\$ 1,8 milhão em multas aplicadas.

EU AVISEI!

Uma professora que percorreu gabinetes da Câmara tentando apresentar outra solução para reduzir os danos causados pela retirada da jornada dos docentes do holerite agora espera uma audiência na Promotoria do Patrimônio. Ela defende que sua proposta pode evitar prejuízos ao erário e novas ações coletivas. E, se for aceita, é provável que diga o que os secretários mais detestam ouvir: “Eu avisei”.

PF NA CÂMARA?

Quem espera diligências cinematográficas nos gabinetes da Câmara por uso de notas frias na campanha de 2024 deve conter a ansiedade. A documentação já está com a PF, que ouvirá, em breve, todos os envolvidos da campanha — incluindo atores, atrizes e oficiais do gabinete 11, além da “empresária da comunicação” e seu cônjuge. Resta saber se todos se encontrarão no mesmo dia, na sede da PF.

MDB É NOSSO

Se não é de Ribeirão, pelo menos é de Baleia Rossi. O deputado teve seu mandato prorrogado na presidência nacional do MDB até maio de 2027. Já a principal aposta do partido, a PEC 66/23 — que cria um novo regime para o pagamento de precatórios —, foi considerada inconstitucional pela OAB.

TARIFAÇO AMERICANO

O prefeito Ricardo Silva não se manifestou sobre os reflexos das tarifas econômicas impostas por Trump na economia ribeirão-pretana. O presidente da Câmara, Isaac Antunes, seguiu a mesma linha — ficou em silêncio. Mas aproveitou para demonstrar solidariedade ao ex-presidente Jair Bolsonaro, alvo de novas medidas cautelares restritivas à liberdade, e para criticar o STF.

REFORMA ADMINISTRATIVA

A reforma administrativa deu uma sobrevida a alguns secretários do governo. Para outros, será o ponto final. A expectativa é de que as pastas da Saúde e da Educação ganhem novos cargos — e mais força na estrutura do Executivo.

COTIDIANO

EDUCAÇÃO

Após denúncias, MP abre procedimento para apurar VPNI de professores

instituição apura ilegalidade do benefício, cirado para manter remuneração por jornada acima da legal; prefeitura nega problema

ANGELO LOPES
EDUARDO SCHIAVONI

O Ministério Público de Ribeirão Preto abriu um procedimento para apurar denúncias que envolvem possíveis irregularidades sobre a implantação da VPNI (Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada), benefício pago a professores da rede municipal de ensino. A suspeita é que a benesse tenha sido criada como forma de burlar uma decisão judicial que determinou o corte de jornada para profissionais da rede.

O benefício, que foi criado após decisão judicial que limitou a jornada semanal dos professores a 40 horas e teria como objetivo “compensar financeiramente” os educadores que tiveram redução de carga horária, em especial aqueles que antes trabalhavam acima de 32 horas semanais.

Segundo a nova denúncia, professores PEB III passaram a receber mais com a incorporação do VPNI em seus holerites, mesmo levando-se em conta os períodos em que extrapolavam a jornada com aulas eventuais, atingindo as 58 horas, jornada considerada inconstitucional.

CONFLITO DE INTERESSES É QUESTIONADO

O MP apura se já conflito de interesse envolvendo professores que integram equipes técnicas da Secretaria de Educação e, simultaneamente, são beneficiados com o pagamento da VPNI — o que foi questionado pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que afirma que professores terceirizados passam a receber mais do que legalmente permitido mesmo após os reajustes salariais nas negociações da data-base.

A reportagem teve acesso a uma relação com 22 nomes de professores e seus respectivos salários atualizados, comparados ao mês de outubro de 2024, ofertados por denunciante que apontam uma sistemática que extrapola os limites legais e pode impactar negativamente o orçamento público municipal.

A justificativa do movimento é que, hoje, professores trabalham menos e recebem mais com a solução do VPNI.

O promotor Naul Felca, do Grupo Especial de Defesa da Educação (GEDUC) do MP, lidera os trabalhos para apurar os efeitos danosos que a nova lei — que regulamentou o VPNI — pode estar causando ao sistema educacional do município. Paralelamente, o promotor Alexandre Padilha tem atuado na análise de possíveis danos ao erário público decorrentes da implantação do benefício, que já foi objeto da Notícia de Fato (MPE/SP 1149-57/2025).

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo (PGJ/SP) também investiga a constitucionalidade da legislação municipal que criou modalidades específicas de aulas extraordinárias, conhecidas como AE-TDA (Aulas Extraordinárias de Trabalho Direto com Alunos), surgidas após decisão do Tribunal de Justiça que considerou inconstitucional a jornada semanal de 58 horas-aula para parte dos professores.

Se confirmadas, as denúncias podem dar origem a ações judiciais, promovidas pelo MP, que podem vir a contestar os benefícios e seu pagamento. Procurada, a prefeitura defendeu a legalidade da medida.

PREFEITURA DEFENDE BENEFÍCIO

Questionada sobre o pagamento do VPNI a um grupo seletivo de professores, a administração informou que o benefício foi fruto de diálogo com o Sindicato dos Servidores e demais secretarias envolvidas, constituindo-se uma opção provisória para lidar com a questão. Mas o acompanhamento dos dados disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura revela que os valores pagos desconsideram a teoria oficial e a previsão descrita: professores que recebem o benefício continuam a ministrar horas extras e mantêm salários superiores, mesmo após a modulação das jornadas.

A administração ainda afirmou que as denúncias apresentadas são genéricas e que, em verificação interna, realizada em conjunto com a Secretaria de Administração, não foram identificadas irregularidades.

Distorções salariais e pagamento irregular na mira

De acordo com as denúncias recebidas pelo MP, professores beneficiados com a VPNI recebem remunerações brutas que superam significativamente os valores da tabela salarial oficial da categoria. Além disso, muitos continuam realizando aulas extraordinárias — ou seja, horas extras — não previstas na proposta original do benefício.

Um exemplo destacado no relatório apresenta o professor D.R.M. recebendo salário bruto de até R\$ 15.347,09 em junho de 2025, enquanto outros docentes com a mesma carga horária têm rendimentos de 40 a 50% inferiores. Isso gera distorções dentro da categoria e provoca reclamações quanto à equidade salarial.

As discrepâncias são contestadas por profissionais da educação, que alegam prejuízos, injustiças e falta de equidade decorrente das últimas deliberações do Sindicato dos Servidores para a concessão da VPNI. A principal reclamação é que o benefício vem sendo concedido a professores com carga horária superior às 40 horas semanais, contrariando as regras que motivaram sua criação e implicando em sobrecarga e remuneração inadequada para outros docentes que mantêm jornadas equivalentes.

Além disso, professores da rede municipal enfrentam disputas internas e queixas sobre o afastamento de docentes para funções técnicas ou cargos em comissão, fora da estrutura funcional legal, o que os afasta das salas de aula.

Há, ainda, críticas à modalidade “Professor Uber” — nome dado a profissionais que substituem ausências momentâneas —, o que tem afetado diretamente professores com redução de jornada na base (PEB I), que reclamam da falta de acesso e priorização na escala de aulas extraordinárias.